



# Uma questão brasileira em Euclides da Cunha: princípios de geopolítica em uma região em disputa

*One brazilian question in Euclides da Cunha:  
principles of geopolitics in a dispute region*

DOI: 10.21530/ci.v11n2.2016.348

José Alexandre Altahyde Hage<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo deste ensaio é analisar o pensamento de Euclides da Cunha voltado para a política internacional, geopolítica do Brasil e, por extensão, da América do Sul. Embora seja considerado um dos autores que consolidaram o pensamento social brasileiro, Euclides da Cunha não deixou de se interessar por temas internacionais e de poder global, que compreendem questões como a do Acre e da presença belga na fronteira nacional oeste. Considerado um escritor engajado politicamente, Euclides da Cunha procura utilizar conceitos científicos de sua época para compreender a formação do Brasil e sua posição na cena internacional em uma época de franca atividade imperialista na África e Ásia. Dessa forma, acreditamos que este ensaio pode ser uma contribuição aos estudiosos que encontram no autor de *Os Sertões* elementos para refletir sobre algumas questões brasileiras que já se faziam presente há cem anos, como a ideia de integração física regional.

**Palavras-Chave:** Política Externa Brasileira; História Brasileira; América do Sul; Intelectuais Brasileiros.

## Abstract

This essay aims to analyze the thought of Euclides da Cunha focus on international politics, Brazilian geopolitics and, by extension, South America. Although he is considered one of the authors who consolidated the Brazilian social thought, Euclides da Cunha did not fail to

---

<sup>1</sup> José Alexandre Altahyde Hage é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Universal 14/2013 do CNPQ. Artigo recebido em 04/03/2016 e aprovado em 02/09/2016.





take interest in international and global power issues, which include the Acre region and the Belgian presence in the national Western border. Deemed to be as a politically engaged writer, Euclides da Cunha attempted to use the scientific concepts of his time to understand the formation of Brazil and its position in the international arena in time of open imperialistic activity in Africa and Asia. Thus, we believe that this essay can be a contribution to scholars who find elements in the work of the author of *Os Sertões* to reflect on Brazilian issues that already existed a hundred years ago, as the idea of regional physical integration.

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy; Brazilian History; South America; Brazilian Intellectuals.

## Introdução

Neste ensaio tencionamos investigar tema que acreditamos interessar aos estudiosos brasileiros de relações internacionais. Trata-se de conhecer a visão que um homem de letras apresenta sobre a geopolítica do Brasil e da América do Sul, entre 1890 a 1910: Euclides da Cunha. Sabemos que poderá haver imprecisões em nossa intenção, que pode ser preciosismo querer extrair concepções regulares de alguma referência da literatura brasileira sobre questões internacionais. Mesmo assim, mantemos nossa pretensão na hipótese de que este texto possa ser útil para pesquisadores que queiram investigar possíveis confluências entre literatura e estudos brasileiros de geopolítica, tema tão caro para a compreensão do Estado brasileiro (MORAES, 2005).

Euclides da Cunha é autor de *Os Sertões*<sup>2</sup> e não se ficou apenas na publicação de seu clássico livro. De sua pena saíram também *Contrates e Confrontos*, *Peru versus Bolívia* e *À Margem da História*. De forma peculiar, os quatro livros guardam um ponto em comum, a vontade de compreender a forma sob a qual se formou a gente brasileira, a sul-americana e seus territórios.

Nesse item, Euclides da Cunha não está isolado na atmosfera intelectual no que concerne à compreensão da política internacional de sua época. Contemporâneos dele foram Eduardo Prado, Alberto Torres, Silvio Romero, Joaquim Nabuco e outros que, aos seus modos, utilizaram o pensamento nacionalista, cultural

---

2 Literatura ou ciência social? Em *Os Sertões*, o autor incursiona em uma sociologia e antropologia anteriores à sistematização desses saberes no Brasil, o que só ocorreu nos anos de 1930, na fundação dos cursos universitários específicos. Essa incursão foi um meio que Euclides adotou para explicar “cientificamente” uma tragédia nacional: a *Guerra de Canudos*. Para não escaparmos à questão preferimos ver Euclides da Cunha integrado literatura da mesma forma que o vê Walnice Nogueira Galvão (GALVÃO, 1998).





e econômico, para imaginar o lugar do Brasil na ordem internacional em meio a conflitos e disputas internacionais.

Pela razão exposta acima, não podemos dizer que o autor de *Os Sertões* seja pioneiro ao se interessar por política internacional no momento em que havia o mesmo interesse em outros criadores do pensamento social brasileiro. Talvez a especificidade de Euclides da Cunha resida no afincamento com o qual compreendia a posição do Brasil nas questões exteriores.

E há como frisar que a peculiar vontade euclidiana é resultado das leituras que o autor fazia da sociologia e da política de seu tempo. Um pacote de “protociências”<sup>3</sup> impregnado de conceitos europeus, principalmente franceses e alemães, de progresso, raça e civilização, mas que foram modificados ou “abrasileirados” conforme o autor ganhava idade.

A política de Euclides da Cunha, como ciência, não é extraída do conjunto de significados que normalmente se apreende dessa disciplina na academia, portadora de regras independentes<sup>4</sup>. Sua obra permite leituras conflitantes, quando percebe que o progresso da República é sinônimo de violência contra uma parcela da população que fora excluída do *15 de Novembro*, movimento do qual foi árduo partidário (GALVÃO, 1998).

Em seu juízo, a política exterior de um Estado não é separada de outras variantes conceituais, como a constituição cultural e racial do povo, do clima e da geografia. Mais do que isso, o que um Estado é internacionalmente reflete aquilo que lhe prega o controverso conceito de *caráter nacional*, sendo esse (simplificando) um conjunto de valores coletivos que servem para conferir identidade psicossocial a um Estado nacional (LEITE, 1983)<sup>5</sup>.

Se dermos azo a esse item, podemos dizer que a preocupação de Euclides da Cunha, não separando a política internacional das condições domésticas do Estado, desemboca na busca por desvendar a identidade nacional brasileira. Isso seria encontrar aquilo que Darcy Ribeiro chama o *neobrasileiro*, um corpo social

---

3 Expressão de Antônio Carlos Robert Moraes quando analisa escritos geográficos anteriores à sistematização dessa disciplina, como ocorria com viajantes, militares e outros que analisavam a geografia brasileira nos séculos XVIII e XIX, antes da fundação desse curso universitário, que só ocorreu nos anos de 1930 (MORAES, 2005). Acreditamos que esse deva ser o perfil dos estudos de Euclides da Cunha.

4 Embora haja modernas teorias de relações internacionais para averiguar o componente científico da política citamos a percepção que Hans Morgenthau tem sobre a política internacional como esfera possuidora de leis iminentes e visões específicas de mundo, encontrada em suas *Seis Lições* (MORGENTHAU, 2003).

5 José Honório Rodrigues acredita na utilização de caráter nacional para compreender a expansão territorial na história brasileira. Ela seria resultante de fase “expansiva” da sociedade em busca do exterior, da mesma forma que expansivos foram em determinados momentos os Estados Unidos (RODRIGUE; SEITENFUS, 1995).





específico da nacionalidade, de visões próprias, a ganhar respeito no mundo, mesmo com a quantidade enorme de problemas que parecem ser insuportáveis, como no caso das questões sociais (RIBEIRO, 1995).

Euclides da Cunha oferecia visão da política sul-americana e o papel que nela devia ter o Brasil. Ele era favorável a iniciativas regionais de integração física, como se denomina atualmente, para que as unidades políticas da região debatessem os problemas mais prementes, como a inexistência de uma economia dinâmica, industrializada, e o frequente assédio das grandes potências, seja dos Estados Unidos ou da Alemanha (PONTES, 2013).

Nosso autor era positivista, influência que recebeu ao estudar na *Escola Militar da Praia Vermelha* (atual Agulhas Negras). Porém, Euclides abandonou a carreira por se sentir incompatibilizado com o Exército, mas não com o ideário de Augusto Comte, para quem haveria, entre as repúblicas, um senso de solidariedade que deveria unir os povos e acabar com as guerras de modo geral. Ou seja, haveria uma ordem de paz onde não existiriam mais conflitos bélicos, uma vez que as condições básicas gerais estivessem resolvidas.

Na condição de auxiliar do Barão do Rio Branco, no Itamaraty, Euclides da Cunha passou três anos na Amazônia para documentar e preparar demarcações de fronteiras, tão urgentes para a consolidação do território do Acre ao Brasil, e demais reformulações que também teriam de ser feitas com Peru e Colômbia. No decorrer das demarcações, entrou em contato com a realidade na distante e exuberante floresta e percebeu que a sorte daquela hileia não podia ser compreendida sem um traço de realismo e de atenção aos vizinhos.

Por fim, metodologicamente procuraremos neste ensaio fazer leitura seletiva de Euclides da Cunha a partir de conceitos de geopolítica e da história diplomática que podem servir para compreender a obra euclidiana no que concerne ao Brasil e à América do Sul, como as questões de demarcação e o problema sobre a Amazônia. O texto está dividido em duas partes. Na primeira, oferecemos breve comentário de dois acontecimentos históricos que exigiram muito da elite política nacional: a Questão do Acre e a presença belga na fronteira oeste do Brasil. Na segunda parte, dedicaremos espaço para analisar o pensamento de Euclides e sua possível percepção da geopolítica regional, como a fraqueza dos Estados sul-americanos, que permitiam os acontecimentos mencionados.





## Duas Questões Geopolíticas

Nesta parte do ensaio é importante frisar que algumas questões mencionadas sobre a geopolítica da época são complementares. Esta seção é feita para o equilíbrio do texto, visto que há passagens históricas e geopolíticas que não podem ser negligenciadas. Dessa forma, não deixa de ser conveniente traçar alguns contratempos da geopolítica e política externa do Brasil sobre as quais Euclides da Cunha se concentrou.

Por isso, é conveniente dizer que, entre 1890 a 1910, anos de assentamento das instituições republicanas nacionais, o Brasil passou por processo de consolidação territorial e esgotamento de disputas junto aos vizinhos sul-americanos. Embora seja repetitivo, pode tornar-se útil recordar que a missão do Barão do Rio Branco na chancelaria nacional foi justamente a de consolidar as fronteiras brasileiras e reforçar o país.

Ao relembrar dois historiadores da diplomacia brasileira, José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus, Rio Branco dedicou-se à construção do *poder nacional brasileiro*, vale dizer, das instituições que ao trabalharem em cooperação (na maneira do possível) contribuem para a elevação de determinado Estado na ordem internacional.<sup>6</sup> Desta forma, escrevem os mencionados autores, a política internacional não deixa de ser também uma relação entre poderes nacionais, sendo os mais relevantes aqueles que melhor imprimem suas vontades na vida interestatal (RODRIGUES; SEITENFUS, 1995).

Houve desafios ao Brasil. Apenas alguns são citados para efeito de registro: a *Questão Panther*, estranhamento entre o Brasil e a Alemanha, em 1905, por causa de cruzador que atraca em Itajaí e vê seus oficiais desprezarem leis brasileiras; o assédio norte-americano pela navegação no Amazonas no final do século XIX; e a *Doutrina Drago*, de 1902, resposta da diplomacia argentina às grandes potências que desejavam usar força militar para cobrança de dívida externa venezuelana, problema que também envolvia o Brasil. Por outro lado, dois embates são analisados com mais tempo pela demonstrada complexidade: a *Questão do Acre*, com a Bolívia e o Peru, e a *Fronteira Oeste* com a Bélgica (GARCIA, 2012).

---

<sup>6</sup> Embora se diferencie no tempo, o conceito de poder nacional emprega a existência de instituições nacionais que atuem em sinergia – forças armadas, riquezas naturais, capacidade econômica, demografia, qualidade educacional e outros meios que podem agregar essa lista, como ciência, tecnologia e qualidade política dos agentes (RODRIGUES; SEITENFUS, 1995).





Nos anos em que Rio Branco comandou o Itamaraty, duas decisivas questões interessaram ao Brasil, com momentos de conexão entre elas, a que envolvia vizinhos e outra com a Bélgica, que também apresentava questões de fronteira. A primeira é mais bem documentada em virtude do tempo demandado e atores que mobilizou; a segunda, igualmente relevante merece ser comentada, pois também perturbou o Brasil de igual modo.

Pertencente à Bolívia, com contestação do Peru até 1903<sup>7</sup>, o Acre havia sido conhecido por migrantes brasileiros que fugiam da seca nordestina para trabalhar nos seringais no final do século XIX. Pelo fato de o Estado boliviano sofrer de problemas geopolíticos, o poder central do país não havia conseguido imprimir firme presença no oriente amazônico. Por isso, o número de brasileiros que habitavam o Acre passou dos 150 mil, sem que o governo brasileiro pudesse imprimir controle sobre o fato ocorrido (RICUPERO, 2012).

A dificuldade geopolítica da Bolívia residia na grande concentração política e econômica que o Estado apresentava na parte ocidental do país, La Paz e Cochabamba, regiões atraentes para a economia boliviana por causa da extração de minérios. Mas o resultado daquela concentração praticamente deixava o oriente aberto a aventuras; o que acabou acontecendo com a penetração brasileira em seu instável território, bem como a demanda peruana. Aqui segue a opinião de Euclides da Cunha sobre o impasse geopolítico boliviano:

A posição prejudicial dos Andes cria ao Peru, como à Bolívia, regimes que se combatem: um litoral estéril que mal se alarga em dunas ondeantes, separado, por uma cordilheira, da porção mais vasta e mais exuberante do país. Na estreita faixa da costa, onde se adensou o povoamento e se erigiu a capital, e pulsa toda a existência política da república, estira-se um esboço de deserto; na *montaña* alpestre do Levante e mais longe nas planícies amplas, cobertas de florestas estupendas, por onde derivam, remansados, os últimos galhos dos tributários do Amazonas (CUNHA, 1967a, p. 118)

A disputa brasileiro-boliviana pelo Acre, entre 1890 e 1903, preocupou o Brasil por vários fatores. Primeiro, pela existência de grande número de brasileiros que lá estavam para a extração do látex, produto de forte valorização internacional. Em segundo lugar, pela decisão “apressada” do governo boliviano ao arrendar

---

7 Há uma controvérsia histórica segundo a qual o Acre, ou seu lado meridional, seria brasileiro pela cartografia portuguesa, mas sendo repassado à Bolívia pelo Tratado de 1867, sem motivos esclarecedores. Por esse passo, o que fora feito pela diplomacia nacional foi reparar aquele “equivocado” em 1903, embora não pudesse ser isso ventilado para não criar melindres nos antigos membros. Neste ensaio não há como adentrar nesse assunto sem perder o foco proposto. Para se aprofundar no tema ver Ricupero (2012) e Lins (1965).







por trinta anos o Acre para sindicato empresarial, anglo-americano, chamado *Bolivian Syndicate*. Esse ato de La Paz fora feito para jogar na disputa regional uma grande potência que poderia fazer sombra sobre as ações brasileiras com o intuito de assegurar o controle do território disputado.

O terceiro fator não é desprezível para concepção geopolítica, sobretudo aquela de inspiração alemã, do geógrafo Friedrich Ratzel, em que atribui valor fundamental ao território, ao espaço como elemento criador do Estado “nacional” (MORAES, 1990). Dessa forma, os 164.123 km<sup>2</sup> acrianos não deixavam de ser atraentes para a atual conformação do Brasil. que asseguraria um naco da Amazônia oriental e seus recursos. Com o *Tratado de Petrópolis*, de 1903, o Acre se transforma na futura unidade federal brasileira.

Não obstante pudesse dar conforto financeiro à Bolívia. a presença do *Bolivian Syndicate* representava risco geopolítico não somente para o vizinho, mas também para o Brasil. Isso porque o cartel se encaixava na “era do imperialismo” e poderia ser um capital monopolista internacional, cujo interesse nas zonas periféricas do globo era grande.

A disputa pelo Acre tornou-se famosa na história brasileira em virtude de seu desfecho para o Brasil, de ter acrescentado ao território nacional uma região que não era desprezível em recursos naturais e permitiria ao Estado brasileiro avançar em áreas não procuradas, sistematicamente, em sua fase e imperial. Contudo, houve contratempus, cujo objetivo não era aumentar o território original, caso do Amapá, mas defender aquilo que já era brasileiro<sup>8</sup>.

Mesmo na *Questão do Pirara*, pela divisão de partes de Roraima junto ao Reino Unido, não se tratava de “soma zero”, em que absolutamente o Brasil perdia. Em 1904, o que aconteceu é que o país não logrou ganhar aquilo que a defesa de Rio Branco acreditava ser justo. Pelo laudo arbitral do rei italiano Victorio Emmanuelle o Brasil ficaria com 40% do disputado, 13.500 km<sup>2</sup>, e deixaria para Londres 60% ou 19.600 km<sup>2</sup> (GOES FILHO, 2001).

Mas, nesse ponto, haveria disputas em que o Brasil se esforçaria para não ser diminuído territorialmente; isso se deu junto à Bélgica na mesma década em que Rio Branco se empenhava em face da Bolívia, do Reino Unido e da França. Fato pouco mencionado nos debates de geopolítica e de política externa brasileira foi a disputa pela fronteira oeste do Brasil, que o *rei dos belgas*, como era conhecido Leopoldo II, tencionava ocupar.

---

8 A disputa que o Brasil teve junto à França, pelo Amapá, não se resumia em defender o que é brasileiro, mas legitimar o avanço que os nacionais tiveram na região. O que o Barão fez foi deixar claro, por meio de arbitragem suíça em 1900, que sua reclamação era procedente. Assim a defesa brasileira logrou sucesso com o acréscimo de 142.815 km<sup>2</sup>. Uma boa fonte para compreender o assunto é a biografia de Rio Branco, de Álvaro Lins (1965).





O problema começa no ano de 1895, quando investidores belgas, com agentes brasileiros, solicitam autorização do governo do Mato Grosso para a aquisição de duas léguas de terra, equivalente a 13.500 km<sup>2</sup>, para a criação de gado<sup>9</sup>. A sede do empreendimento foi a *Fazenda Descalvados*, que serviu de lançamento para que os europeus ampliassem as negociações comerciais e tentassem abrir um consulado belga no local – tiveram um vice-consulado. Desse ponto, os belgas passam a comprar uma área onde, na atualidade, se encontram as cidades de Cáceres e Pontes de Lacerda. Apenas para começar o empreendimento.

O que o norte-americano *Bolivian Syndicate* representava no Acre era análogo ao belga *Syndicate Banque L'Africaine*, fundado para a maximização de lucros no Congo. Presente no Brasil, o cartel europeu procurava organizar um consórcio de capitais internacionais para financiar compra de terras e demais insumos na fronteira oeste, com a Bolívia.

Isso porque a intenção belga, sempre em nome do monarca, não era se limitar nas regiões descritas acima. Ao fazer linha ondulante, sudoeste-nordeste, havia o plano de adquirir a área que começava na atual Corumbá, subisse em direção às proximidades de Cuiabá e desembocasse justamente no meio da atual Rondônia. Essa região ultrapassava 100 mil km<sup>2</sup> e ainda havia empenho para crescer, se dependesse das circunstâncias, que, se tivessem progresso, daria algo cinco vezes o tamanho da Bélgica (GARCIA, 2009).

As circunstâncias se davam pela doutrina seguida por Leopoldo II, a mesma que o monarca utilizara para abocanhar o Congo na *Conferência de Berlim* em 1885, onde as potências europeias passaram a lotear a África com a justificativa de levar progresso econômico e moral. Antes, os belgas já haviam aberto as portas da “última fronteira” para missionários cristãos com o conveniente argumento de combater a exploração humana.

A ocupação do Congo se deu pela pressão do rei dos belgas para sublinhar que a região não estava sob nenhuma soberania reconhecida, embora uma ou outra potência tivesse tocado séculos antes. Lá não havia portugueses ou franceses. Assim, livre que estava para a colonização, Leopoldo II podia reivindicar toda a bacia do rio Congo como sua propriedade particular, que assim foi até sua morte

---

9 Para a Constituição de 1891 caberia aos estados o poder de organizar o território e vender terras, mesmo a estrangeiros. Por isso, o governo de Mato Grosso podia vender terras aos belgas e ainda cobrar impostos sobre exportação de carne e demais bens. Podia também o governo permitir a presença de forças estrangeiras, o que aconteceu a partir do pedido dos belgas que reclamavam da falta de segurança no estado para afastar ladrões de gado (GARCIA, 2012).







em 1909. Daí por diante, a posse que era oitenta vezes maior que a Bélgica se transformou em colônia de fato do Estado belga e dele só se libertou em 1962 por meio de guerra de independência (HOCHSCHILD, 1999).

Dentro dos princípios da política belga (e da europeia no geral) só havia propósito de se manter territórios no além-mar se houvesse neles possibilidade de imprimir poder. Sem tal emprego, o território desejado poderia ficar à mercê daqueles considerados mais bem preparados, como ocorreu com a África Ocidental, loteada entre britânicos e franceses. Desse modo, a Bélgica deveria transferir agentes e funcionários governamentais para a fronteira oeste brasileira para assegurar sua estratégia de ocupação. Ainda no mesmo período, o marechal Cândido Rondon espalhava cabos telegráficos para que houvesse comunicação entre o Rio de Janeiro com a vasta área de Mato Grosso, justamente para anular a opinião internacional de que o Estado brasileiro não tinha condições de ocupar todo o território nacional por falta de condições políticas e econômicas.

É crível dizer que a Bélgica não queria se limitar somente à África Ocidental, que já adentrava há pouco tempo por meio de tratados de repartição com as outras potências europeias. Se dependesse de Bruxelas haveria outros “congós” espalhados pela periferia do mundo a ocupar. Com relação à América do Sul, e ao Brasil em particular, pensava-se que haveria menos resistências. Sobre o objetivo da Bélgica escreve Garcia:

Com Leopoldo II, que ascendeu ao trono belga em 1864 (...) passou a se desenvolver algumas tentativas no sentido de que o governo brasileiro lhe cedesse um território onde pudesse ter plena soberania, o que significava iniciar no Brasil uma experiência semelhante àquela que seria desenvolvida no Estado Independente do Congo, na África (GARCIA, 2009, p. 124).

Os instrumentos de Bruxelas para consolidar suas posses no oeste do Mato Grosso eram a compra de terras, a transferência de nacionais da Europa para o Brasil, fomentando efeito demográfico, imprimir a presença do Estado belga, com forças policiais e, em última instância, apelar para a doutrina do *uti possidetis*, a saber, reivindicar juridicamente a área com alegação de que ela não era trabalhada por brasileiros<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Paralelo à questão, havia o “perigo alemão” que preocupou Silvio Romero. Tratava-se da volumosa imigração alemã ao Sul do Brasil que, para o deputado sergipano, poderia ameaçar a integridade nacional em vista do poder industrial e militar germânico que tomaria a parte meridional do país à força em virtude da operosidade do povo alemão em face do brasileiro, desprovido de instrução e ciência (ROMERO, 1979).





O alerta apareceu intenso a Rio Branco por causa de um motivo. Caso os belgas utilizassem o direito histórico de ocupação territorial, seria muito moroso desalojá-los pelo motivo de ter de fazer levantamento de dados e ter de historiar a presença dos europeus no Mato Grosso. Como o chanceler era especialista naquela doutrina, empregada na *Questão de Palmas* junto à Argentina, sabia que teria de procurar arbitragem internacional e se desdobrar para que o árbitro atribuísse razão à defesa brasileira.

O desfecho desse imbróglio diplomático, com possibilidades de alta tensão política, não seria resolvido separadamente da questão acriana, com o *Bolivian Syndicate*, embora fossem assuntos separados. Como foi comentado, Leopoldo II, sempre em nome da Bélgica, tencionava adquirir colônias em regiões periféricas do globo. A América do Sul parecia-lhe mais convidativa em virtude de sua relativa distância das rivalidades políticas entre potências europeias. Mas, para que houvesse sucesso em sua empreitada, seria mais que conveniente que o sindicato anglo-americano, para a exploração do látex no Acre, gozasse de apoio de Washington, sem o qual tudo ficaria muito difícil.

Se a iniciativa do cartel fosse bem realizada, afastando o Brasil do Acre, os empreendedores belgas imaginavam adentrar em Santa Cruz de la Sierra para construir ferrovia que ligasse o oriente boliviano a Cáceres e Descalvados e exportar para a Europa látex, carne enlatada e demais derivados bovinos pelo rio Paraguai até o porto de Buenos Aires. Se o plano desse certo a Bélgica elevaria sua influência na América do Sul.

Isso significa dizer que a Bélgica, sem concordar, guardava dependência do destino que Acre teria<sup>11</sup>. Se aquele território efetivamente fosse separado da Bolívia, do Peru, do Brasil e aberto aos empreendimentos estrangeiros, Bruxelas usaria o mesmo argumento para consolidar seus planos na fronteira oeste. Dessa maneira, os empreendedores norte-americanos ficariam com o Acre e a fronteira oeste estaria a serviço da coroa de Leopoldo II. Mais adiante, aquele reino poderia reivindicar soberania sobre a região com alegação de proteger seus compatriotas: “(...) tentar causar em Mato Grosso um processo que resultasse em pedido de intervenção ao governo belga, semelhante àqueles que as potências coloniais da época desenvolveram na África” (GARCIA, 2012, p. 168).

A saída brasileira para anular iniciativas belgas e do *Bolivian Syndicate* foi uma

---

11 Leopoldo II tinha interesse no *Bolivian Syndicate*, chegando até a participar na compra de lotes de ações. Isso talvez fosse uma artimanha do monarca para obter apoio dos Estados Unidos que, sem dúvida, poderia enquadrar a Bolívia e o Brasil para que houvesse estabilidade nos negócios (HENTENRYCK, 2009).





mistura de argúcia diplomática e perseverança, visto que o Brasil não apresentava poder suficiente para compor duas frentes de contestação ao mesmo tempo sem contar com outros expedientes. O livro de Álvaro Lins demonstra quão intenso foi o trabalho da equipe de Rio Branco para demover a vontade estrangeira de se apossar de partes do Brasil.

Em linhas rápidas, o que se pode observar é que o governo brasileiro teve de abrir duas ações para superar a grande questão: ganhar a opinião pública norte-americana por meio da imprensa e de políticos “amigáveis” ao Brasil, e pagar indenização dos gastos financeiros que os estadunidenses haviam feito no Acre. Com a superação do impasse acriano, pela compra do território<sup>12</sup>, a Bélgica sentiu-se mal equipada politicamente para expressar instrumentos que na África Ocidental tiveram sucesso. Isso deu ao Brasil tempo para neutralizar demandas belgas e pressões de Leopoldo II. A presença europeia em Descalvados perdurou até 1912, ano da morte de Rio Branco.

Na próxima parte deste ensaio, versaremos *uma* percepção de Euclides da Cunha a respeito das relevantes questões de política internacional e de geopolítica brasileira. Com efeito, como homem de cultura e de interesse geral, o autor de *Os Sertões* teria opinião a mostrar sobre alguns problemas políticos da América do Sul, principalmente os que envolviam o Brasil.

## O Trabalho de Euclides da Cunha

No meio da meada produzida pela questão do Acre, a primeira medida que Rio Branco teria de fazer para resolvê-la definitivamente seria dar caráter litigioso àquela disputa. Ao utilizar o instrumento jurídico, o Brasil teria legitimidade política para contestar a presença do sindicato estrangeiro e enfrentar a hostilidade boliviana aos brasileiros. Além do mais, deixaria o Rio de Janeiro com a iniciativa de encarar a demanda peruana, cujo princípio era de que o Acre também era seu. Em última instância, o governo brasileiro não deixaria de enviar forças militares para o teatro, como prega a prudência.

Nesse clima, Euclides da Cunha se aproxima do chanceler para servir-lhe na condição de auxiliar de campo na Amazônia. Pelo fato de ser engenheiro de

---

12 O núcleo do *Tratado de Petrópolis* foi a compra do Acre ao valor de dois milhões de libras. Também houve compensações à Bolívia pela promessa brasileira de fazer a Ferrovia Madeira-Mamoré e franquear ao vizinho a livre navegação do Amazonas, para saída no Atlântico, além de outras propostas menores. (RICUPERO, 2012).





formação militar, o autor estaria em condições de adentrar com equipe nas áreas de contestação para estudar sua delimitação e conceber o traçado de fronteira que sedimentariam as aquisições brasileiras. Dessa experiência, nasce o livro *À Margem da História*. O trabalho de Euclides não apenas teria serventia para resolver a questão do Acre. De igual modo, seu trabalho ajudaria o Itamaraty a afastar a reivindicação peruana por corredor que adentrava ao meio do Amazonas, que daria ao Peru praticamente o domínio do rio Amazonas.

Cumprir dizer que o pensamento de Euclides da Cunha não é linear nem permite apenas uma interpretação. Há instantes em que suas reflexões se tornam contraditórias nos temas que mais chamavam atenção e o agitavam, até emocionalmente (GALVÃO, 1998). Isso ocorre ainda mais quando o assunto tratado é pouco presente no Brasil. Já ficou sublinhado, não deixando de ser lugar-comum, que o autor de *Contrastes e Confrontos* é fruto de sua época, de suas modas intelectuais, quase todas importadas da Europa.

Embora seja iniciado no positivismo, no amor à ciência e na fraternidade entre as repúblicas, Euclides não abandona aquilo que são as pressões exercidas pela geopolítica. O escritor vê amizade continental, mas acredita na existência de planos expansionistas por parte das unidades americanas, sejam dos Estados Unidos, da Argentina ou do Peru. A desconfiança surge por causa de certos acontecimentos: a intromissão norte-americana no Caribe e na Colômbia (criação do Panamá), bem como a pressão pela navegação no Amazonas; o mal-estar com Buenos Aires em virtude da perda para o Brasil no conflito arbitrado em prol do território de Palmas. Por fim, a demanda peruana para estabelecimento de limites que lhes fossem favoráveis (PONTES, 2013).

Mas é necessário evitar reducionismo. Euclides não atribuía ao hemisfério norte o infortúnio vivido pelos sul-americanos. As agruras por que passam os países da área são, em grande parte, resultado da desorganização política e dos problemas de ordem cultural e ambiental. Tais questões impedem a atividade criadora desses povos e os jogam à desordem (CUNHA, 1967a). É claro que o escritor conhece o imperialismo e seus efeitos, mas o tempera porque, no caso norte-americano, o sucesso e força dos Estados Unidos resultam de sua inventividade, de seu gênio criador que tirou as riquezas da paralisia.

O sentimento que o fluminense tem para com a República americana é duplo. Ele aparece, à primeira vista, como alerta sobre uma potência expansionista que faz uso de sua riqueza e vigor para adentrar imperialmente na parte fraca do continente, portanto. Mas também surge com admiração quando vê o papel salutar





que Washington pode exercer na balança mundial de poder em que a Alemanha é potência emergente, que, por ser retardatária no colonialismo, passa a ver a América do Sul como um quinhão de seu direito:

Em todos os seus atos – nos arrogantes *ultimata* contra a frágil Venezuela, nos assaltos ferocíssimos de Waldersée, em Pequim ou nas tortuosidades pérfidas diplomáticas que rodeiam a longa história da estrada de Bagdad, ou, ainda no ganancioso alongar de olhos para os nossos (do Brasil) Estados do Sul (CUNHA, 1967a, p. 48).

Eis uma questão em Euclides da Cunha apontada por Clóvis Moura. O autor de *Os Sertões* costumava ler a realidade com as lentes que possuía, do positivismo que, em certas ocasiões, não eram precisas o bastante para dar ao pensador os conceitos de que necessitava para compreender questões internacionais que escapavam da média intelectual nacional, caso dos Estados Unidos e seu papel na construção hegemônica na América do Sul (MOURA, 1964).

Euclides procurava não ser fechado em seu nacionalismo. Continuando no assunto “balança do poder”, Euclides percebia que o desdobramento do imperialismo norte-americano se firmaria naquilo que, pouco tempo depois, Lenin pensaria ser a união do capital industrial com o bancário, como prega seu livro *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Não seria ato de necessidade dobrar a vontade de um Estado periférico (Rússia imperial), mas de fazê-la aceitar a conveniência desse vetor de influência política. Em paralelo, haveria algo análogo no Brasil com o dinheiro dos Estados Unidos.

Clóvis Moura vê também que Euclides da Cunha foi pioneiro, dentro de suas possibilidades e limites, ao verificar as “políticas imperialistas” na América do Sul nos primeiros anos do século XX. Isso porque o famoso livro de Lenin sobre o tema só vai aparecer em 1916, após a morte de o autor de *Os Sertões*, que se deu em 1909: “Sòmente em 1916 – muito tempo depois, portanto dos trabalhos de Euclides da Cunha – foi que V. I. Lenin publicou sua obra clássica, ‘Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo’, desentificando o t ermo e elevando-o ao nível da categoria científica” (MOURA, 1964, p. 144).

Portanto, Euclides da Cunha não era indiferente ao destino da América do Sul. É claro que ele não queria ver a região se afundar em crises políticas a perder de vista. Mas uma coisa é reconhecer nossos erros, outra é abrir mão deles para jogar a culpa em outros, usando subterfúgios (CUNHA, 1967a). No fundo, haveria também outra particularidade no pensamento euclidiano, seu darwinismo aplicado





à política internacional, em que os Estados fortes sobressaem na luta em meio a uma ordem internacional desigual.

A luta não é um capricho da natureza, mas uma lei que brinda os mais bem preparados para ascender em meio a concorrências, nesse caso, entre os Estados territoriais. Não se sabe, com segurança, se Euclides conhecia Ratzel, embora o que escreve lembra o autor do livro *Antropogeografia*<sup>13</sup>: “A dilatação territorial impõe-se lhe como uma condição de vida, não já no sentido superior de um primado de ideias, senão também no sentido estritamente biológico da própria alimentação” (CUNHA, 1967a, p. 48).

O jogo tornara-se pesado. A Alemanha bismarckiana, os Estados Unidos de Ted Roosevelt e o Japão militarista eram os atores mais agressivos dessa “savana” apontada por Euclides da Cunha. Nesse aspecto, pode haver a interpretação de que nosso autor vê naqueles Estados um exemplo, como sobreviver com sucesso. Se assim for, na ótica de Nelson Werneck Sodré, Euclides falha ao não condenar o imperialismo daquelas potências, visto que o fluminense não era partidário da exclusão social e do racismo (SODRÉ, 1984).

Em outra instância, as imperícias de governo são encontradas em *Os Sertões*. O problema brasileiro estaria em sua divisão cultural, ambiental e, por seu turno, política que fazia com que o Brasil tivesse distorções espalhadas pelo território. Afinal, o que foi a *Guerra de Canudos*, no sertão da Bahia, a não ser o mal-estar em que jagunços, adaptados na crueza da terra, tornam-se ferozes lutadores pela vida, esquecidos pelo novíssimo regime republicano? Enquanto isso, a formação cultural do homem litorâneo, mais europeizado e cosmopolita, projeta-se para valores que poderiam ser considerados desvigorados.

Em outras palavras, o problema do Brasil é sua separação geográfica, econômica e social. São dois brasis que não dialogam, sendo que um insiste em manter o outro por causa de uma doutrina jurídico-histórica; e não por uma solicitação mais congruente para o povo propriamente dito. Dessa forma, o lado litorâneo, do Rio de Janeiro, procura imprimir sem oferecer todos os recursos, poder nas áreas esquecidas da Amazônia e do Nordeste. Seria uma luta entre a civilização, do mar, contra a barbárie, do sertão. Escreve:

---

13 Saber se Euclides da Cunha conhecia Ratzel é algo que fica em aberto. Em todo caso, José Honório Rodrigues comenta que Capistrano de Abreu, no prefácio de *Capítulos de História Colonial*, de 1906, entrara em contato com o trabalho do geógrafo alemão (RODRIGUES *apud* ABREU, 1963). Não seria hipótese longínqua esperar que o fluminense também o conhecesse, uma vez que já havia iniciado leitura de Karl Marx (MOURA, 1964).







Avaliando-se, porém as condições históricas que têm atuado, diferentes nos diferentes tratos do território; as disparidades climáticas que nestes ocasionam reações diversas diversamente suportadas pelas raças constituintes; a maior ou menor densidade que estas cruzam nos vários pontos do país; e atendendo-se ainda à intrusão – pelas armas na quadra colonial e pelas imigrações em nossos dias – de outros povos, fato que por sua vez não foi e não é uniforme, vê-se bem que a realidade daquela formação é altamente duvidosa, senão absurda (CUNHA, 1963, p. 59).

Não há sinais de que Euclides fosse fatalista a respeito da falta de integração brasileira. Instabilidades territoriais havia em algumas entidades, soberanas ou não, que fomentavam problemas geopolíticos pequenos ou grandes, a depender das condições políticas do poder central. Algumas dicotomias, ou expressões da mesma categoria, eram observadas na relação da Índia com suas populações não hindus; no Canadá britânico e sua província francófona, na multiétnica Rússia czarista, unidades políticas que ora ou outra estavam em situação de crises profundas em virtude de não se ter convívio razoável. Certamente, um escritor polímata feito Euclides conhecia tais fenômenos.

A resolução que o estudioso de Canudos apontava para o Brasil, em via de não permitir aquele dilema geopolítico, era o desenvolvimento socioeconômico mais espalhado possível, que não se concentrasse no litoral, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, Porto Alegre, mas que se firmasse também no interior, integrando nacionalmente suas populações. Aqui, pode-se vislumbrar que, para Euclides, a qualidade de inserção internacional do Brasil guarda relação direta com a forma pela qual o Estado se organiza.

Outro traço relevante a ser comentado desse clássico brasileiro é sua filiação aos conceitos europeus de evolucionismo, determinismo e raça. Moreira Leite havia apontado que essas tipologias não eram trabalhadas linearmente na cabeça de Euclides da Cunha; eram elas de alguma forma abasileiradas (LEITE, 1983). Exemplo disso era a observação que Euclides professava aquelas ideias, mas já se aproximava do marxismo e, por vez, acreditava que a região Norte do Brasil ficaria sempre vulnerável porque nela não havia trabalho, não havia desenvolvimento que criasse a verdadeira riqueza, além dos tradicionais ciclos econômicos que, no caso amazônico, eram representados pela borracha.

Continuando no tópico acima, acredita o autor de *Peru versus Bolívia*, que o caráter nacional, o corte psicossocial do povo, poderia também desempenhar mudanças ou fomentar a política externa de um Estado. No começo do século





XX Euclides trabalhava com aquilo que na atualidade virou expressão menor, o de serem os Estados hispânicos, por exemplo, intensivos, dramáticos, que por causa disso não teriam estabilidade política porque neles as revoluções seriam o cotidiano. Ao contrário disso, o brasileiro seria mais cordato.

Cumpridor do dever, Euclides da Cunha é pragmático. Na chefia da Comissão Mista do Alto Purus, para que se mapeassem as regiões dos rios Purus e Juruá, ele sabe que sua missão é afirmar as fronteiras do Brasil com o Peru da melhor forma possível, que fossem favoráveis à sua nação. Era também necessário superar o contencioso de limites com o Lima para que houvesse estabilidade política no Acre. Isso porque o concerto fronteiriço dava conta das diferenças com a Bolívia, com o Peru e ainda serviria para afastar os belgas do Oeste brasileiro; daí seu papel urgente no trabalho na Amazônia. Do empenho da Comissão o Brasil ganharia 409 mil km<sup>2</sup> e o Peru 39 mil km<sup>2</sup> (PONTES, 2013).

A República peruana sofria do mesmo problema boliviano, embora em menor escala: o hiato regional, de caráter geopolítico, entre os centros nervosos do Pacífico e o oriente amazônico, o “Levante”, como denomina o autor de *À Margem da História*. Dar cabo do contencioso peruano-brasileiro exigia grandes instrumentos técnicos e estratégicos para amainar a angústia de Lima sobre a distância do poder central com a Amazônia. A resolução que o Rio de Janeiro deu para a Bolívia também serviria para o Peru.

A Ferrovia Madeira-Mamoré cumpriria esse papel, na medida em que ligasse o oriente peruano, representado pela atual divisão administrativa de Loreto, pelo porto de Iquitos, a Cruzeiro do Sul, no Acre. Daí em diante embarcações peruanas ganhariam o mundo, buscando o Atlântico via rio Amazonas, até Belém do Pará. Tal concepção, além do aspecto jurídico-econômico, formulado por tratado internacional, atenderia também razões estratégicas:

Entrando pelo Purus, pelo Acre, pelo Juruá, ou ainda pelo Javari, podem mobilizar-se simultaneamente quatro corpos expedicionários em busca de outros tantos pontos longamente afastados numa faixa de operações de 700 km, distendida de NE para SO; e aqueles cursos d’água recordam as diretrizes estratégicas das ‘vias consulares’ dos romanos. Caem de rijo, perpendiculares, golpeantemente, em cima da fronteira... (CUNHA, 1967b, p. 109).

Por conseguinte, no desdobramento da política brasileira na região, Euclides da Cunha acreditava que poderia haver algo próximo da integração física, maiores contatos entre as unidades sul-americanas por meio de itens práticos,





intercambiáveis, que dessem resultados para o desenvolvimento do subcontinente. Um desses itens seria a criação de um sistema hidroviário que juntasse as bacias do Amazonas e do Prata. Em outro diapasão, sabia também o nosso pensador que tais ações podiam provocar interpretações conflitantes.

Em princípio, a cooperação sul-americana, por meio de infra-estrutura seria positiva. Ela ajudaria a integrar áreas não dinamizadas economicamente aos centros de poder de seus Estados. No caso brasileiro, a integração econômica entre a Amazônia com a região Sul promoveria irradiações, pois seria o mesmo projeto que ligaria o centro dinâmico da economia brasileira com a bacia do Prata e com os Andes. Essa operação contribuiria para ajudar a neutralizar pressões que as grandes potências pudessem exercer em virtude da relativa fraqueza sul-americana, embora houvesse esforços do Brasil e da Argentina.

Assunto que perdurou até nos anos de 1970<sup>14</sup>, sobre integração nacional, Euclides não deixou de imaginar a relevância de haver comunicações efetivas no território brasileiro com vista à saída pelo Pacífico, ao ligar por via férrea e hidrica São Paulo, Goiás ou Cuiabá, dependendo do modelo, até Bolívia, licença de Arica, ou pelo Peru (CUNHA, 1967b).

No entanto, o papel salutar que esse plano de integração poderia exercer encontrava resistência na própria relação entre os Estados sul-americanos, principalmente os menores e mais machucados historicamente, como Bolívia e Paraguai, duas unidades mediterrâneas. Esse sentimento não era sem propósito, uma vez que a cessão do Acre para o Brasil havia criado ressentimentos que poderiam ser lidos na época como “imperialismo brasileiro”, como se convencionou pensar setenta anos depois.

Alias, não era só o brasileiro que tinha impulso expansionista, o argentino também se projetava. O vizinho sulista já desenvolvia coesa política estratégica, por malha ferroviária, que tencionava ligar os Andes, o Chile, o Paraguai a Buenos Aires. A intenção portenha era chegar até o Peru, adicionando mais 3.400 km. Euclides reparava nesses feitos argentinos e refletia que o problema poderia estar mais ao sul do que ao norte do continente. A Argentina possuía, em 1907, 20.814 km de “rails” contra 17.242 do Brasil (CUNHA, 1967b). Todavia, a emergência dessa ferrovia expansiva não era apenas um modal para dinamizar a economia argentina; era também o vulto de um projeto geopolítico.

---

14 Pensamos nas obras de infra-estrutura, como a rodovia Belém-Brasília e Corumbá Santarém que apresentavam concepção geopolítica ao procurar integrar o território nacional sob um projeto de poder (MIYAMOTO, 2002).





Euclides antecipa em vinte anos aquilo que fora o centro do pensamento geopolítico de Mário Travassos: o papel político das ferrovias na comparação entre Argentina-Brasil e o problema do regime republicano nacional que, em seu tempo, não ajudava na centralização do poder em virtude das políticas estaduais. Travassos se ressentia de existir no país uma variante republicana que dispersa poder em prol das unidades federativas. Sobre a ferrovia, que chamava atenção do militar brasileiro, escreve Euclides:

O Pôrto de Santos, mais próximo da Europa que o de Buenos Aires, de cerca de mil milhas náuticas, é o porto natural da Bolívia, no Atlântico; e terá, além disto, na luta que se travar entre os sistemas ferroviários argentino e brasileiro para a conquista dos mercados do Oriente Boliviano, as vantagens decorrentes de um traçado menor que o dirigido à capital platina (CUNHA, 1967b, p. 131).

O que estava em pauta era a premissa de dominação do *heartland* sul-americano (em analogia ao conceito de Harold Mackinder sobre a Eurásia). Dona de imensos recursos naturais e localizada no “coração continental”, quem influenciasse a Bolívia teria grandes ganhos políticos no subcontinente – até para ser contraponto aos Estados Unidos. No teatro de competições, considerava-se que a Argentina estava uma cabeça à frente, inclusive para influenciar a Amazônia. Amazônia da qual Euclides acreditava sair a redenção brasileira, junto com o sertão, para fazer com que o Brasil olhasse menos para o litoral (SODRÉ, 1984).

No caso brasileiro, era a época das oligarquias estaduais da Primeira República, que concorriam com o *Palácio do Catete* para formular políticas de grande envergadura. Aquilo que o vizinho platino fazia com a via férrea era o que deveria ser feito pelo poder central brasileiro. O plano ferroviário brasileiro só conseguiu sair do papel em 1938, com a construção da estrada de ferro Santos-Corumbá (TRAVASSOS, 1938). Um pouco tarde quando comparado com as ferrovias norte-americanas, russas ou mesmo argentinas.

Por outro lado, a Argentina teve melhor destino em sua montagem institucional desde a unificação das Províncias Unidas, nos anos de 1880. Não obstante a experiência traumática, foi melhor assistir à centralização política em torno de Buenos Aires a ter de ver o desgaste político que pouco ajudaria na organização do Estado argentino (CUNHA, 1967b). Por conseguinte, a ferrovia portenha é instrumento de unificação e de simbologia do peso portenho que pronunciava ser a Argentina o equilíbrio da política sul-americana.





Por fim, o pensamento euclidiano está aberto para várias interpretações e linhas de pesquisa, como em relações internacionais. Em um breve texto não é possível adentrar na riqueza que o autor oferece. Nosso intuito foi fazer uma espécie de “abre alas” para convidar o leitor a pesquisar outras vertentes euclidianas ou com elas relacionadas. O que fizemos aqui foi apresentar um aspecto do autor de *Os Sertões*. Esperamos ter cumprido tal meta.

## Conclusões

Versar sobre Euclides da Cunha é percorrer um clássico da literatura brasileira. Mais do que isso, trata-se de um autor, cuja força argumentativa permite interpretações variadas. Há, no autor de *Os Sertões*, intensa vivacidade, que beira ao emocional, para apresentar um drama marcante do Brasil em seus primeiros anos de República. Além da Guerra de Canudos havia também a exclusão dos pobres que atormentava o autor (GALVÃO, 1998).

Em Euclides há a paisagem sertaneja do brasileiro, a hidrografia da Amazônia, as condições de trabalho nos seringais, o papel a ser desempenhado pela ferrovia e outros temas que podem ser integrados às preocupações das modernas sociologia e antropologia brasileiras. Em um país onde as atividades universitárias nasceram nos anos de 1930, em que antes o uso de conceitos científicos se dava de modo supletivo, o fluminense procurou amparar seu trabalho naquilo que se obtinha como evolucionismo, positivismo e darwinismo.

Munido dessa leitura, Euclides da Cunha se debruça sobre questões de política internacional e de geopolítica. Cumpre dizer que a geopolítica do autor não é aquela montada sobre arcabouço acadêmico, de estudos de curso de geografia, já que não havia tais ensinamentos até os anos de 1930. A formação euclidiana é na prática, individual de engenheiro que sai da carreira militar, por incompatibilidade profissional, e passa a militar na imprensa. Nessa situação ele trabalha para o jornal *O Estado de S. Paulo* nas reportagens sobre Canudos.

Como é mais que sabido, foi na arena da guerra entre jagunços conselheiristas e o Exército que Euclides da Cunha produziu sua obra mais célebre. Contudo, é mister frisar que nosso estudado não é autor de um só livro. Ainda que menos famosos, ou citados, dele são *Contrates e Confrontos*, *À Margem da História*, *Um Paraíso Perdido* e outros escritos dispersos que se encontram em edições especiais de seleção ou obras completas.





A percepção euclidiana sobre geopolítica e política internacional sai dos dois primeiros livros. Não são tomos específicos de uma área que mal existe como saber autônomo. É bom lembrar que os jornalistas do começo do século XX não eram especialistas em determinados temas; na situação de profissional da informação eles deveriam ser generalistas. Euclides da Cunha era dessa safra e assim procurou compreender e informar questões que foram consideradas primordiais para a estabilidade brasileira.

Encaixam-se nesse quadro a *Questão do Acre* e a *Fronteira Oeste*. Foram dois imbróglios que comprometiam o território brasileiro e, por isso mesmo, exigiam as melhores energias da diplomacia e homens de Estado do país. Resolver aqueles conflitos não seria apenas dar cabo de contenciosos que envolviam três unidades sul-americanas e uma europeia – era também fazer leitura de seus atores: quem são eles, como se formam, quais suas culturas? Isso porque a política em Euclides não é uma ciência isolada, munida de leis próprias como se convencionava ver nos cursos universitários.

A política brasileira e sul-americana não escapa desse raciocínio. O que ela faz é resultado, em grande parte, das influências culturais, climáticas e geográficas. Talvez na atualidade esse perfil da *belle époque* soe anacrônico, mas foi por meio dele que se produziu uma obra arguta, difícil e exigente, como se vê em Euclides da Cunha. Nossa dedicação ao trabalho desse clássico é extrair sua visão sobre temas propostos e, ao mesmo tempo, jogar luz sobre um autor que ainda tem muito que mostrar, ao menos para nós.

## Referências

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília, Edunb, 1963.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Brasília, Edunb, 1963.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. Porto, Editora Lello Brasil, 1967a.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Porto, Editora Lello Brasil, 1967b.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Fato e Ficção na Obra de Euclides da Cunha. In *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Volume 5. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1998. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701998000400016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400016). Acesso em 28.08.2016.
- GARCIA, Domingos Sávio. *Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. Brasília, Funag, 2009.
- GARCIA, Domingos Sávio. Os Belgas em Descalvados e na Fronteira Oeste do Brasil (1895 – 1912). In PEREIRA, Manuel Gomes (org). *O Barão do Rio Branco: Cem Anos de Memória*. Brasília, Funag, 2012. Pg. 163 a 190.







- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas: Um Ensaio Sobre a Formação das Fronteiras do Brasil*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- HENTENRYCK, Ginette Kurgan-Van. “Leopoldo II e a Questão do Acre”. In *Cadernos do CHDD*. Brasília, Funag. Ano 8, nº 14, 2009. Pg. 471 a 500.
- HOCHSCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo: Uma História de Cobiça, Terror e Heroísmo na África Ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. São Paulo, Pioneira, 1983.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco: Biografia Pessoal e História Política*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “Geopolítica do Brasil: Algumas Considerações”. In *Primeira Versão*. Campinas, Unicamp, fevereiro de 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert (org). *Ratzel. Geografia*. São Paulo, Ática, 1990.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2005.
- MOURA, Clóvis. *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*. Brasília, Edunb, 2003.
- PONTES, Kassius Diniz. Euclides da Cunha: O Cenário Sul-Americano. In *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formadores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Vol. II. Brasília, Funag, 2013.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e Sentido de Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- RICUPERO, Rubens. “Acre: Momento Decisivo de Rio Branco”. In PEREIRA, Manuel Gomes (org). *O Barão do Rio Branco: Cem Anos de Memória*. Brasília, Funag, 2012. Pg. 119 a 162.
- ROMERO, Silvio. *Realidades e Ilusões no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. *Uma História Diplomática do Brasil: De 1531 a 1946*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo: Seus Reflexos no Pensamento Brasileiro*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1938.

